

A ESCOLA DO CAMPO E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA

Marcela Pinheiro Aparecido¹

Maria Isabel Farias²

RESUMO

O presente artigo demonstra o trabalho diferenciado pela escola do campo e a luta do MST por uma educação de qualidade e igualitária para seu povo, onde se formem cidadãos críticos, que tragam em sua identidade, os costumes, a cultura e os conhecimentos vivenciados. No Brasil o Campo está em movimento, há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores, ou seja, um movimento sociocultural de humanização de pessoas e de reafirmação dos povos dos campos como sujeito do próprio destino e da sua própria história, onde a bandeira da educação está sempre levantada, em sua busca constante pela igualdade e valores a serem respeitados, cuja trajetória do MST se destaca ao ver os desafios e objetivos a serem alcançados, especificamente educacional para um povo sem medo de lutar e com grandes perspectivas de vitória, pois não desistem nunca de alcançar seus propósitos, especialmente nesta dura missão de serem educados e educadores.

Palavra-chave: Educação do Campo, Educação, Povos do Campo.

INTRODUÇÃO

A Educação no Campo é tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, o mesmo é mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção

¹Marcela Pinheiro Aparecido Educanda do curso de Especialização em Educação do Campo-EAD. Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Goioerê, e mail: mapas25@hotmail.com.

²Maria Isabel Farias Educadora Orientadora Maria Isabel Farias, UFPR Litoral.

das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. É desta educação regada de lutas que o MST vem em busca de uma igualdade de valores nas escolas do campo, e para seu povo.

A ESCOLA DO CAMPO E O MST

Os movimentos sociais do campo para Arroyo propugnam por algo que ainda não teve lugar em seu estado pleno, porque perfeito no nível das suas aspirações, propõe mudanças na ordem vigente, tornando visível por meio de reivindicações do cotidiano, a crítica ao instituído e o horizonte da educação inclusiva. Está apoiada nos princípios defendidos pelos pioneiros, onde confere a importância ao processo de descentralização sem desresponsabilizar a união pelo atendimento escolar.

De acordo com ARROYO (1999),

É preciso entender que existem conhecimentos que são próprios do campo, é ir às raízes culturais do campo e trabalha-las como uma herança coletiva que mobiliza e inspira lutas pelas terras, pelos direitos, por um projeto democrático e também pela educação. (Organize a citação)

Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo feita através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos com os direitos que as exigem. Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos dessa realidade perversa, mas que não concordam com a mesma, são os sujeitos da resistência no e do campo, sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente, sujeitos de luta pela terra e pela Reforma Agrária, sujeitos pelas lutas de melhores condições de trabalho no campo, sujeitos da resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria desta herança, sujeitos pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados, e sujeitos de tantas outras identidades culturais, sociais e pedagógicas.

A partir da I Conferencia Nacional por uma Educação Básica no Campo que foi realizada no ano de 1998, foi um grande passo na luta pela qualidade e amplitude da escola do campo, entende-se assim que a educação não é um ato de tornar uma pessoa um ser letrado, mas a possibilidade de que este cidadão se torne uma pessoa alfabetizada politicamente.

Está inserido na LDB 9.394/96 no Art. 28 que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Existe a necessidade de trabalhar de modo diferenciado com este público alvo que são os sujeitos do campo, proporcionando momentos de aprendizagem que não sejam banais, mas que despertem curiosidade na busca por novos conhecimentos.

As práticas pedagógicas devem seduzir os alunos, aguçarem os seus pensamentos para realizarem as pesquisas e transformá-las em projetos idealizadores para suas comunidades, especificamente o MST, que levanta a bandeira pela educação.

O professor que idealiza e consegue concretizar tal feito, percebe o quão é importante este trabalho, pois com as pesquisas e o desenvolvimento do projeto estabelecido as experiências vivenciadas pelo aluno serão apreendidas de forma natural, no meio em que está inserido, e isto somente facilitará seu aprendizado.

Por isso, a Educação no Campo não é questionada pela educação das cidades, nem por uma nova moda pedagógica, nem por uma nova política pública, nem se quer pela modernização produtiva do agronegócio nem pela moderna burguesia agrária, mas sim pelos Movimentos Sociais, pelos povos do campo organizados e em movimento.

Um dos sujeitos que vem colocando em ponto o campo em movimento são os Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) através da sua luta incansável para ser realizada a Reforma Agrária no Brasil, nasce a partir da luta pela terra e da pressão sobre as categorias alijadas do processo de incorporação ao capital empreendida pelo Estado e pela elite dominante, em um contexto histórico marcado pelo início da crise do regime militar. Além dos acampamentos a beira das estradas, das ocupações de terras e de marchas contra o latifúndio os MST lutam desde o ano de 1984 pelo acesso à Educação Pública gratuita e de qualidade em todos os níveis, para crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos. Para Caldart as famílias sem-terra mobilizam-se pelo direito a escola e pela possibilidade de uma escola que fizesse a diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura.

Os primeiros a se mobilizarem foram às mães e professoras, em seguida os pais e algumas lideranças do movimento, os esforços do movimento nessa área buscam alfabetizar os adultos e conquistar condições reais para que todas as crianças e adolescentes estejam na escola. O MST conseguiu mobilizar as famílias e as professoras para assumir a tarefa de organizar e articular por dentro de sua organicidade tal mobilização, produzindo assim uma Proposta Pedagógica específica para as escolas conquistadas.

O MST incorpora a escola em sua dinâmica, fazendo assim dois sentidos: 1º: a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias SEM TERRA, com maior e menor intensidade, com significados diversos dependendo de cada trajetória de cada grupo, mas já consolidada com sua marca cultural;

2º: acampamento e o assentamento dos sem -terra (MST) tem que ter uma escola que de preferência não seja uma escola qualquer, que seja uma escola vinculas as preocupações gerais dos movimentos com a formação de seus sujeitos.

O horizonte educacional do MST não esconde seu compromisso pautado em um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade

atual e a construção de uma nova ordem social, cujos os pilares principais sejam a justiça a radicalidade democrática e de valores humanistas e socialistas.

Dentro desta perspectiva o sistema educacional dos MST se preocupa em preparar o homem e uma mulher para a vida social, formando assim cidadãos, enquanto uma ação pedagógica dentre as varias existentes em uma dada formação social, o sistema educacional é tomado como especifico e diferenciado. Sendo assim:

Segundo Roseli Caldart o sistema educacional deve ser diferenciado, pois os camponeses buscam uma educação que seja adequada às formas de vida nos assentamentos e que seja voltada para o trabalho e a cooperação;

Especifico não se assume como um resíduo do sistema educacional urbano.

Foi percebendo está realidade que os MST começou a incluir em sua agenda a discussão de uma proposta diferente de escola, uma escola pela qual efetivamente vale a pena lutar, sendo capaz de ajudar no processo de lutas dos Sem – Terra e do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Nas escolas dos assentamentos aprendem-se a cultura e os costumes camponeses, acreditando que a educação esta organicamente vinculada a cultura, assim como a política e a economia, entendendo-a por tudo aquilo que as pessoas, os grupos e as sociedades produzem.

Nessa perspectiva construir uma escola diferente numa perspectiva de ser um direito e um dever, sendo assim ser sem-terra hoje é bem mais do que ser um trabalhador ou trabalhadora que não tem terra, ou mesmo que luta por ela, sem-terra é uma identidade historicamente construída primeiro como uma afirmação de uma condição social.

A educação poderia dizer que a Educação nos Assentamento e

Acampamentos do MST começa com o seu enraizamento em uma coletividade que não nega o seu passado, mas projeta o seu futuro que os mesmos poderão a ajudar a construir, pois é do processo de formação dos sem-terra que podemos extrair as matrizes pedagógicas básicas para a construção de uma escola preocupada com a formação humana e com o movimento da história.

A escola que cabe na pedagogia do movimento é, pois, uma escola que não cabe nela mesma. Não é a escola de um modelo pedagógico fechado (por mais "revolucionário" que se pretenda), de um método de ensino, de uma estrutura; é bem mais um jeito de ser escola, uma postura diante da tarefa de educar, um processo ou um movimento pedagógico, um ambiente educativo que justamente seja capaz de produzir e reproduzir o Movimento como princípio educativo. A escola projetada pela pedagogia do movimento é uma escola em movimento, movimento de pedagogia, movimentos de sujeitos humanos, os quais acontecem em torno de duas referências básicas: ser um lugar de formação humana e olhar para o movimento como sujeito educativo que precisa da escola para ajudar no cultivo da identidade do sem-terra.

Dessa forma Schwendeler afirma que (2006):

Além do campo está pouco presente como objeto de reflexão para a formação dos professores, os próprios sujeitos dos campos tiveram pouco acesso aos cursos de formação principalmente em nível superior, o que tem contribuído para que no campo exista muitos professores leigos ou em processo de transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se, portanto, aqui, uma mudança do ponto de vista da formação docente e discente, onde um não corresponde mais à situação historicamente posta de que os professores, sobretudo aqueles que lecionavam em escolas rurais (multisseriadas) possuíam, muitas vezes, apenas um grau a mais de formação do que seus alunos, e os educandos que não se contém simplesmente em terminar seus estudos como o Ensino Médio, eles querem mais, e o MST apoia esta legião de

estudantes, pois é neles que se fortifica sua política e sua luta diária, através de um povo capacitado e instruído com uma visão ampla de mundo e sociedade . Por isso há necessidade de formar o indivíduo como um todo, um sujeito crítico que oportuniza seus objetivos no campo ou fora dele.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonçalves. **A educação básica e o movimento social do campo**. 2.ed. Brasília: DF, 1999.p.30.

CALDART, Roseli Saleti. **Pedagogia do Movimento do Sem Terra**. 3ª ed. Sao

Paulo: expresao popular 2004.

I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo CNBB - MST - UNICEF - UNESCO – UnB, Luziânia/GO, 27 a 31 de julho de 1998

FERNANDEZ, Bernardo Mançano.**O Campo da Educação do Campo**. 3.ed.Brasilia: DF, 2004, p.57.

LEI 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - LDB

SCHWEDLER, Sônia. **Principais problemas e desafios da Educação no Campo no Brasil e no Paraná**. Curitiba: 2006